MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA E DESASTRES CLIMÁTICOS EXTREMOS

Capacitismo: o que o desastre apaga

(*) Marta Almeida Gil

(**) Cilene Marcondes

"Se você é invisível na vida cotidiana,
suas necessidades não serão pensadas,
muito menos atendidas, em uma situação de crise."

Matcha Phorn-in, defensora de direitos humanos tailandesa (2024).
ONU Mulheres

1. O planeta em chamas, a água que avança

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas[1] (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) demonstra que o aquecimento global provocado pela ação humana já atingiu 1,1°C acima dos níveis pré-industriais, e cada fração de grau adicional expande a frequência, a intensidade e a imprevisibilidade dos eventos climáticos extremos. Entre eles, as enchentes ocupam posição central. Desde 2008, tempestades e inundações deslocam mais de 20 milhões de pessoas de suas casas todos os anos. As projeções do IPCC indicam que danos diretos por enchentes podem ser de 1,4 a 2 vezes maiores com 2°C de aquecimento e de 2,5 a quase 4 vezes maiores com 3°C de elevação térmica.

No Brasil, 2023 foi o ano com o maior número de eventos climáticos extremos registrado na história do país. Em 2024, o Rio Grande do Sul transformou-se em testemunha e vítima do colapso anunciado. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2024), entre o final de abril e os primeiros dias de maio, chuvas históricas varreram 478 dos 497 municípios gaúchos. O rio Guaíba ultrapassou 5,37 metros em Porto Alegre, nível jamais registrado nem mesmo nas grandes cheias de 1941[2].

Porto Alegre possui um longo histórico de inundações severas, mas os eventos de **2024** e **1941** são os marcos mais dramáticos devido à sua magnitude e impacto social. Em 2024 foram 183 mortes confirmadas, 2,3 milhões de pessoas afetadas e mais de 442 mil

[1] IPCC, 2023
[2] INMET, 2024

desabrigadas.[3] O governo estadual nomeou o evento "a maior catástrofe climática da história do Rio Grande do Sul". Pesquisadores como Paulo Artaxo[4], membro do IPCC, e Márcio Astrini[5], do Observatório do Clima, foram precisos: o desastre não foi surpresa. Foi uma sentença cumprida sobre décadas de omissão ambiental e política.

As enchentes de 2024 também me atingiram, praticamente me arrastando para uma nova área temática: como as Pessoas com Deficiência foram afetadas? Mais uma vez, estavam invisibilizadas pela grande mídia. O capacitismo – termo que designa o preconceito contra esse grupo social – mais uma vez as apagava.

Como socióloga, e mesmo após décadas dedicadas à pesquisa sobre pessoas com deficiência no Brasil — iniciada ainda nos anos 1970 com o estudo Perfil dos brasileiros portadores de deficiência visual (1976–1982)[6], me vi diante de um novo desafio: compreender como, também em contextos de emergência climática, essa população permanece à margem das análises, das políticas e da cobertura pública.

Foi a partir dessa trajetória que, juntamente com amigos, criamos o Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas[7], com o objetivo de produzir e disseminar conhecimento voltado para a inclusão de pessoas com deficiência.

Porém, diante de mais uma tragédia de grandes proporções, o padrão se repete: a invisibilidade persiste, agora atravessada pela crise climática, com as águas que invadem, inundam e destroem. Mas ela não se restringe às pessoas com deficiência. Em contextos de desastre, os impactos não se distribuem de forma neutra — seguem linhas estruturais de desigualdade, como gênero, renda, raça e território[8].

É nesse enquadramento que a água deixa de ser apenas recurso natural e passa a ser também um vetor de desigualdade. Desde 1993, quando a Organização das Nações Unidas instituiu o Dia Mundial da Água, a agenda internacional vem incorporando progressivamente essas dimensões sociais[9].

Nos últimos anos, a relação entre água e gênero ganhou centralidade, reconhecendo que o acesso, a gestão e os riscos associados à água — seja pela escassez, seja pelo excesso — afetam de maneira desproporcional mulheres e meninas[10].

---

[3] ANA, 2025.
[4] Artaxo, 2026
[5] Observatório do Clima, 2024.
[6] GIL,1982.
[7] Instituto Amankay, 2026.
[8] Un Women, 2026.
[9] ONU. World Water Day, 2026.
[10] UNESCO; UN-Water, 2023

Organizações internacionais e redes feministas vêm alertando: em contextos de crise climática, desigualdades preexistentes se intensificam, e a violência de gênero tende a se agravar, especialmente em situações de deslocamento, perda de renda e ruptura de redes de proteção[11].

Por essa razão, Cilene Marcondes e eu optamos por abordar os eventos climáticos extremos adotando como eixos as implicações das enchentes sobre meninas e mulheres, particularmente aquelas com deficiência. Amigas de longa data, nos vimos diante da tragédia que atingiu a população gaúcha e passamos a nos mobilizar juntas, trocar leituras, articular redes e buscar compreender o que, em meio à devastação, seguia pouco nomeado ou simplesmente ausente do debate público. Eu, a partir do meu campo de estudos e trabalhos sobre pessoas com deficiência; ela, de sua trajetória de pesquisa sobre ação coletiva de mulheres[12]. Mais tarde, a atuação dela se ampliou para as relações entre gênero e mudança do clima, em redes como a Women and Gender Constituency na América Latina (LAC-WGC, da UNFCCC), e o Grupo de Trabalho de Gênero e Justiça Climática do Observatório do Clima[13][14]. Foi dessa experiência compartilhada[15], atravessada pela urgência das enchentes e pela percepção de que certos grupos permaneciam invisibilizados mesmo em uma tragédia dessa dimensão, que amadureceu em nós a vontade de escrever este texto. Mais do que registrar o acontecido, buscamos compreender de que maneira a crise climática aprofunda desigualdades já existentes e expõe, de forma ainda mais dura, aquelas que historicamente ocupam posições de maior vulnerabilidade.

A conexão se dá justamente pelos impactos associados ao aumento da temperatura global, que ampliam a insegurança física, social e econômica. Em situações de desastre, perdem-se casas, trabalho, renda e condições mínimas de saúde; o contato com água contaminada favorece o adoecimento, e o próprio acesso à água pode ser interrompido ou comprometido. Ao mesmo tempo, redes de apoio se enfraquecem, quando não se rompem por completo, agravando contextos de sobrecarga, desproteção e violência.

Projeções indicam que os danos provocados por enchentes tendem a se intensificar à medida que o aquecimento global avança. Este artigo não pretende narrar a enchente. Pretende nomear quem ela apagou primeiro, e por quê.

[11] UN Women. Gender, climate change and disaster risk reduction, 2026
[12] Marcondes, 2021
[13] Marcondes, 2025a
[14] Marcondes, 2025b.
[15] Marcondes; Lima, 2025

2. As que chegam por último ao bote e saem por último dos abrigos

Existe uma violência que não aparece nos boletins da Defesa Civil. Mulheres e meninas são as mais vulneráveis aos desastres climáticos, as menos representadas nos sistemas de resposta e as mais invisíveis nos dados oficiais. Não por acidente: por estrutura.

O *Gender Snapshot* 2024 da ONU Mulheres estima que as mudanças climáticas podem empurrar até 158 milhões de mulheres e meninas para a pobreza até 2050, 16 milhões a mais do que o total projetado para homens e meninos.[16] Hoje, já são 47,8 milhões a mais de mulheres em situação de insegurança alimentar comparadas aos homens. Entre os deslocados climáticos globais, mulheres e meninas representam 80% do total, contra 50% entre os demais tipos de refugiados. A diferença não é demográfica: é política.

Estudos documentaram que mulheres foram quase cinco vezes mais propensas a morrer em ciclones do que homens.[17] Restrições culturais à mobilidade, a proibição de aprender a nadar e a dependência de estruturas domésticas que as localizam nos andares inferiores das casas convertem o espaço que o patriarcado designou às mulheres como "proteção" em armadilha mortal quando a água sobe. No Rio Grande do Sul, o relatório técnico da Agência Nacional de Águas sobre as enchentes de 2024 apontou falhas graves na comunicação de risco: alertas tardios e informações imprecisas[18]. Não é coincidência que, no documento de 52 páginas, encomendado a uma consultoria para planejar a cidade, sequer tenha sido mencionado gênero, proteção de populações deslocadas ou pessoas com deficiência. É que esses grupos seguem sendo pouco representados nas decisões políticas.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres com deficiência em Porto Alegre é de 61.397.[19] Esse grupo representa 62,1% de toda a população com deficiência da capital gaúcha, [20] ou seja: sua presença na população total é expressiva, reforçando a indicação de capacitismo institucionalizado.

O “Guia de Orientação para Meninas e Mulheres com Deficiência em situações de Emergência Socioambiental[21]” apresenta um dado que sintetiza a dimensão do problema:

> *Segundo dados da Defesa Civil, cerca de 2,3 milhões de pessoas foram direta ou indiretamente afetadas pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul, incluindo*

[16]ONU Mulheres, 2024
[17]PMC/NCBI., 2024
[17] ANA, 2024b
[19]IBGE, 2022
[20]GZH, 2025
[21] Coletivo Feminista Helen Keller, 2025

> *mais de 388 mil desalojados e dezenas de milhares de pessoas em abrigos. No entanto, não há estimativas oficiais sobre quantas delas eram pessoas com deficiência.*
>
> *(Guia de Orientação, p. 11)*

Nos abrigos, a crise continuou sob outro nome. A experiência no Rio Grande do Sul foi marcada por limitações estruturais que atingiram de forma desproporcional as pessoas com deficiência. As dificuldades mais recorrentes foram a inadequação de banheiros adaptados, a ausência de rampas ou acessos seguros e a falta de preparo das equipes de suporte para lidar com diferentes tipos de deficiência.[22] Das participantes da pesquisa realizada pelo Guia, 22% ficaram em abrigos, e as dificuldades de estadia afetaram diretamente as condições de dignidade: a ausência de acessibilidade arquitetônica, a restrição de acesso a alimentos adequados para pessoas que se alimentam por sonda ou precisam de dietas pastosas, a exposição a toques não consentidos no corpo da mulher com deficiência por parte de desconhecidos e a perda de autonomia sobre as próprias escolhas de vida. Esses fatores comprometeram não apenas o conforto, mas a segurança, a saúde e a integridade das mulheres com deficiência em situação de emergência.

Casos de violência sexual foram registrados em espaços mistos sem divisórias ou vigilância. Em outros contextos de enchentes documentados globalmente, a ausência de médicas impedia mulheres de buscar atendimento; em acampamentos de deslocados, violência por parceiro íntimo e práticas como a mutilação genital feminina cresceram após as inundações; mulheres ingeriram pílulas anticoncepcionais para suprimir a menstruação simplesmente porque os abrigos não ofereciam nenhum produto de higiene menstrual.[23][24] Gestar, parir, menstruar em uma enchente: esses são problemas que não cabem nos formulários padronizados de emergência.

A violência climática não começa na enchente. Ela começa no planejamento urbano que empurra os mais pobres para as várzeas. Está na fragilização das Áreas de Preservação Permanente, sancionadas pelo próprio governo gaúcho em abril de 2024, um mês antes do desastre. Está nas décadas de drenagem tratada como "patinho feio do saneamento", como definiu o ecólogo Marcelo Dutra da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande[25]. E quando o planeta cobra essa conta, são corpos femininos, com deficiência, negros e pobres que pagam primeiro.

---

[22]Guia De Orientação Para Meninas E Mulheres Com Deficiência Em Situações De Emergência Socioambiental
[23]UNFPA, 2024
[24]Amnesty International, 2024
[25] MARQUES, 2025

> *Os contextos de tragédias funcionam apenas como uma lente de aumento para as questões de exclusão vividas por mulheres com deficiência. A tragédia de 2024 não apenas desabrigou e deslocou milhares, mas também escancarou as desigualdades estruturais que afetam, de forma desproporcional, mulheres com deficiência em todo o país.*
>
> *(Guia de Orientação, p. 11)*

Estatísticas globais traçam um cenário preocupante, mostrando a violação dos Direitos Humanos de mulheres em diversas situações: mulheres representam 80% dos refugiados climáticos (Fundo de População das Nações Unidas, 2024); estão mais sujeitas a situações de insegurança alimentar; 60% das mortes maternas em contextos humanitários seriam evitáveis. Também os riscos de morte em situações de ciclone são cinco vezes maiores para as mulheres que para os homens.

Esses dados raramente identificam pessoas com deficiência como categoria específica. A Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial, no “Relatório Mundial sobre a Deficiência”[26], reconheceram as pessoas com deficiência como "a maior minoria do mundo", estimando que representam mais de 15% da população global.

3. Quando a lente muda: raça, deficiência, território e racismo ambiental

A categoria "mulheres" não é homogênea. Essa é uma das contribuições centrais do pensamento interseccional, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw[27] e que já era campo de estudos no Brasil por intelectuais como Lélia Gonzalez[28] e Sueli Carneiro[29]: a opressão não se acumula de forma aritmética; ela se articula de forma específica e qualitativa em cada corpo, território e contexto.

Quando aplicamos a lente da interseccionalidade ao desastre do Rio Grande do Sul, o que emerge é perturbador. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calculou que 9,7% da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica antes das enchentes foi atingida, cerca de 310 mil pessoas. A área de impacto atingiu aproximadamente 16.126 km² e chegou a 484 municípios.[30] Nos territórios mais atingidos, a sobreposição entre pobreza, negritude e exposição ao risco hídrico não é casual: é racismo ambiental. As populações negras e periféricas foram historicamente alocadas, ou forçadas a se alocar,

[26] OMS, 2012
[27] Crenshaw, 1991
[28] Gonzalez, 2020
[29] Carneiro, 2003
[30] Ipea, 2024

nas áreas mais vulneráveis: nas beiras de arroios, nas encostas sem contenção, nas planícies sem drenagem. Quando as chuvas chegam, esses territórios afundam primeiro.

A interseccionalidade também ilumina a situação das mulheres com deficiência que também eram negras e pobres no Rio Grande do Sul, assim como em todo o país. Ao serem deslocadas para barrancos e outros espaços precarizados, sua condição de mobilidade, já antes comprometida, foi ainda mais agravada. Para elas, essa lente se torna uma lente de aumento: a vulnerabilização socialmente imposta fez sentir com força a falta de condições de acessibilidade para diferentes tipos de deficiência. Mulheres com deficiência visual passaram a depender de outros para aprender novos caminhos. Mulheres cadeirantes perderam autonomia de locomoção. Mulheres com deficiência intelectual demandaram mais tempo e apoio para compreender e se adaptar à nova realidade.

As mulheres com deficiência, negras e periféricas que habitam esses espaços enfrentaram, simultaneamente, a enchente física e a enchente sistêmica: falta de renda para sair antes do desastre, ausência de rede de apoio para a reconstrução posterior, invisibilidade nas políticas de reparação e acesso precário a serviços de saúde mental pós-trauma. Esse é o tipo de dado que não entra nos boletins. Esse é o tipo de vida que o Estado não contabiliza.

4. A deficiência ocultada: duplo peso, dupla ausência

Dentro do universo já sub-representado de mulheres em situação de vulnerabilidade climática, há um grupo que carrega o que poderíamos chamar de acúmulo de condicionantes, um empilhamento de violações que se potencializam mutuamente: as mulheres e meninas com deficiência.

Os dados do Rio Grande do Sul revelam a primeira camada: quando havia 75 mil pessoas nos abrigos gaúchos, 2.100 eram pessoas com deficiência, distribuídas em 803 abrigos pelo estado. A maioria dessas pessoas havia chegado sem orientação para onde ir. Clóvis Schenkel, cadeirante com distrofia muscular em Canoas, resumiu a experiência: "Não se recebeu nenhum tipo de orientação sobre abrigos."[31] Esse relato, documentado em maio de 2024, não é exceção: é regra.

O “Relatório de Avaliação Global sobre Redução de Riscos de Desastres” (2025) da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês) confirma o padrão:[32] 56% relataram não ter acesso a informações sobre

[31]Toledo, 2024
[32]UNDRR, 2023

riscos em formatos acessíveis; 17% enfrentariam dificuldades para evacuar mesmo com alertas suficientes; apenas 11% conheciam os planos nacionais de redução de riscos. A pesquisa realizada no Vietnã por Nguyen-Trung et al. [33] reforça esse diagnóstico: pessoas com deficiência auditiva perdem alertas de emergência que não estejam adaptados para línguas de sinais ou em meios de comunicação com legendas; pessoas com deficiência visual precisam de avisos sonoros e podem perder seus dispositivos assistivos como bengalas em contextos de desastre. Em abrigos, a falta de rampas e banheiros adaptados é padrão recorrente, com maior exposição à discriminação e à violência sexual.

Há uma segunda dimensão, raramente nomeada: mulheres não apenas são afetadas como são vítimas. Elas também são sobrecarregadas como cuidadoras. Existe um padrão estrutural profundamente generificado pelo qual mulheres e meninas são convocadas a cuidar dos homens e meninos com deficiência, dos idosos dependentes, dos familiares com comprometimentos cognitivos. No contexto de um desastre, esse papel se intensifica de forma dramática: são elas que precisam evacuar carregando não apenas a si mesmas, mas outros corpos, com frequência sem apoio estatal, sem equipamentos adequados e sem reconhecimento desse trabalho como trabalho.

A pesquisa de Gartrell et al. (2020) [34] é uma das únicas com enfoque exclusivo em mulheres com deficiência em desastres e aponta exatamente essa invisibilidade: pesquisas gerais sobre pessoas com deficiência raramente identificam as necessidades específicas de mulheres com deficiência. O relatório da revista científica *Disabilities* (MDPI, 2023) nomeia a interseccionalidade como chave analítica incontornável: deficiência, gênero, classe e raça se articulam produzindo formas específicas de discriminação que não podem ser compreendidas separadamente.[35]

O capacitismo é sistêmico e se manifesta em camadas: alertas sem Libras (Língua Brasileira de Sinais, no caso do Brasil), sem audiodescrição, sem linguagem simples para pessoas com deficiência intelectual[36]; abrigos sem rampas, sem banheiros adaptados, sem macas adequadas[37]; perda de equipamentos assistivos, cadeiras de rodas, próteses, aparelhos auditivos, sem nenhum protocolo de reposição emergencial. E, depois, a invisibilidade nos dados: as pessoas com deficiência apareceram como categoria nos censos dos abrigos gaúchos apenas semanas após o início da crise.

[33]Nguyen-Trung et Al, 2025
[34]Gartrell et Al., 2020
[35]MDPI, 2023.
[36]Lei N.º 15.263, 2025,
[37]Humanity & Inclusion (Hi), 2024

5. O que as mulheres constroem onde o Estado não chega

A literatura feminista e os estudos sobre tecnologias sociais demonstram que, historicamente, são as mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas, com deficiência e do Sul Global, as primeiras a construir respostas nos territórios. Não por vocação, mas por necessidade e por saber acumulado.

No distrito de Kurigram, Bangladesh, mulheres com vivencias anteriores em resiliência climática tornaram-se as primeiras socorristas nas enchentes de 2024 e suas práticas influenciaram protocolos nacionais de resposta. Em Tumaco, na Colômbia, as mulheres concheiras, coletoras de moluscos há gerações, perceberam a destruição dos manguezais que sustentavam sua subsistência e criaram coletivamente um programa de replantio: tecnologia social nascida do cuidado que se tornou instrumento de conservação ambiental. No Nepal, sistemas de alerta precoce projetados com participação feminina demonstraram maior eficácia para populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência.[38] No semiárido de Pernambuco, o Centro Sabiá[39] desenvolveu um sistema de baixo custo para manejo de águas residuais domésticas integrado à rotina das mulheres: ao construir e manter os filtros, elas ganharam habilidades técnicas e visibilidade política.

O que une essas experiências é claro: conhecimento ecológico local acumulado por gerações e redes de cuidado, sororidade, mutualidade e escuta que funcionam como infraestrutura social. Esses vínculos criam sistemas de alerta muitas vezes mais eficazes do que tecnologias concebidas de cima para baixo. Revelam, ainda, uma liderança que o Estado segue sem reconhecer, remunerar ou integrar às políticas públicas de gestão de riscos. A interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica: é uma ferramenta de ação. Nomear as sobreposições de opressão é o primeiro passo para construir respostas que não repitam as mesmas exclusões.

Para não concluir, para continuar

Enchentes não são neutras. Elas encontram corpos já diferentemente posicionados diante do risco, da proteção e do abandono, e aprofundam essas distâncias com a força da água. Mulheres e meninas, em especial aquelas que são negras, periféricas, indígenas e com deficiência, estão na linha de frente da crise climática e na retaguarda das políticas de resposta.

O presente artigo tomou como referência de evento climático extremo as enchentes de 2024 ocorridas no Rio Grande do Sul. Mas essa categoria engloba tornados, secas

[38] Zurich Flood Resilience Alliance, 2026.
[39] Centro Sabiá, 2026.

prolongadas, frio e calor extremo, incêndios, terremotos, vendavais, fenômenos que podem acontecer nos mais variados biomas e também em ambientes urbanos, onde podem ocasionar enchentes e desmoronamentos. A análise, portanto, não se encerra no Guaíba.

Enquanto os planos de reconstrução do Rio Grande do Sul não mencionam gênero, os alertas não chegam em Libras e os abrigos não têm rampas, são as mulheres que carregam, no corpo e no silêncio, os impactos visíveis e invisíveis das enchentes. A água baixa. A desigualdade permanece. E ainda assim — são elas, também, que ficam quando o Estado vai embora. Que reorganizam o que sobrou. Que sabem, antes de qualquer protocolo, o que o território precisa.

(*) Marta Almeida Gil

Socióloga, Fundadora e Coordenadora Executiva do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas; Fellow da Ashoka Empreendedores Sociais, membro do Conselho Administrativo da FBASD, Membro do Conselho Administrativo da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), Membro do Rotary Club World Disability Advocacy (RCWDA), consultora para o setor público e privado; TEDx Speaker; consultora para o Banco Mundial e OIT Genebra; autora de publicações e artigos; palestrante em eventos nacionais e internacionais; prêmios de reconhecimento pelo trabalho.

(**) Cilene Marcondes

Mestra em Administração (Economia das Organizações) pela FEA-USP, integra o Center for Organization Studies (CORS/FEA-USP). É consultora em estratégia de comunicação com mais de 20 anos de atuação nas agendas de gênero, clima, sustentabilidade e responsabilidade social, com enfoque em direitos humanos, políticas públicas e justiça climática. Suas pesquisas envolvem ação coletiva de mulheres, economia do cuidado, dinâmicas do extrativismo, socio bioeconomia e financiamento climático. É fundadora da Gender Lens – Gênero, Clima e Direitos Humanos, coordenadora de financiamento para a América Latina na Women and Gender Constituency (LAC WGC/UNFCCC) e integra o Grupo de Trabalho de Gênero e Justiça Climática do Observatório do Clima.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília: ANA, 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Estudo aponta que enchentes de 2024 foram maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes. Acesso em: mar. 2026.

AMANKAY INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS. Página institucional. Disponível em: https://www.amankay.org.br. Acesso em: 14 mar. 2026.

AMNESTY INTERNATIONAL. Pakistan: Flood survivors in Sindh suffer disease and food insecurity. Londres, out. 2024. Disponível em: https://www.amnesty.org. Acesso em: mar. 2026.

ARTAXO, Paulo. Enchentes no Rio Grande do Sul são desastre previsto. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/639153-enchentes-no-rio-grande-do-sul-sao-desastre-previsto-entrevista-especial-com-paulo-artaxo. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Lei n.º 15.263, de 14 de novembro de 2025. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15263.htm. Acesso em: mar. 2026.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CENTRO SABIÁ. Mulheres e agroecologia no Semiárido. Disponível em: https://centrosabia.org.br. Acesso em: 10 mar. 2026.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. Guia de orientação para atendimento de meninas e mulheres com deficiência em situações de emergência socioambiental. 29 maio 2025. Disponível em: https://coletivofeministahelenkeller.wordpress.com/2025/05/29/guia-de-orientacao-para-atendimento-de-meninas-e-mulheres-com-deficiencia-em-situacoes-de-emergencia-socioambiental. Acesso em: 10 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

GARTRELL, A. et al. Disaster experiences of women with disabilities: Barriers and opportunities for disability inclusive disaster risk reduction in Cambodia. International Journal of Disaster Risk Reduction, 2020. DOI: 10.1016/j.ijdrr.2020.101606.

GIL, Marta. Perfil dos brasileiros portadores de deficiência visual. São Paulo, 1976–1982.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GZH. Porto Alegre é a capital brasileira com maior percentual de pessoas com deficiência auditiva. 23 maio 2025. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude. Acesso em: mar. 2026.

GUIDE de Orientação para Meninas e Mulheres com Deficiência em situações de Emergência Socioambiental. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FmV240-Wy9B-srWJXNX5zQenVKmtC6oe/view. Acesso em: mar. 2026.
HUMANITY & INCLUSION (HI). Protecting persons with disabilities: the forgotten victims of humanitarian crises. dez. 2024. Disponível em: https://www.hi.org. Acesso em: mar. 2026.
IBGE. Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência em Porto Alegre. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/10101/97905. Acesso em: mar. 2026.
INMET. Inundação histórica no Rio Grande do Sul completa um ano. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/noticias/inundacao-historica-no-rio-grande-do-sul-completa-um-ano. Acesso em: 12 mar. 2026.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Análise do impacto das enchentes do RS. Brasília: Ipea, 2024.
IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report. Geneva: IPCC, 2023. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.
MARCONDES, Cilene. Mulheres do Baru restauram territórios do Cerrado e do Pantanal. In: MATHEUS, Tatiane; GALBIATI, Lígia Amoroso (org.). Caminhos para um olhar inclusivo sobre adaptação climática. 1. ed. Piracicaba, SP: Laboratório do Observatório do Clima (LABOC), 2025. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/2025/12/Caminhos-para-um-olhar-inclusivo-sobre-adaptacao-climatica_v1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.
MARCONDES, Cilene dos Anjos. Mulheres extrativistas e a ação coletiva de recursos comuns: uma lente de gênero na teoria de Ostrom. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-10032025-154323/pt-br.php. Acesso em: 10 mar. 2026.
MARCONDES, Cilene dos Anjos. Women enlace: interweaving women to make collective action possible. Gender, Work & Organization, 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/gwao.70063
MARCONDES, Cilene; LIMA, Andréa de. Pessoas com deficiência, a invisibilidade na tragédia climática. In: MATHEUS, Tatiane; GALBIATI, Lígia Amoroso (org.). Caminhos para um olhar inclusivo sobre adaptação climática. 1. ed. Piracicaba, SP: Laboratório do Observatório do Clima (LABOC), 2025. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/2025/12/Caminhos-para-um-olhar-inclusivo-sobre-adaptacao-climatica_v1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.
MARQUES, Rosa; BONIN, Iara. Enchentes no Rio Grande do Sul escancararam a crise do clima. COP30, 6 maio 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/enchentes-no-rio-grande-do-sul-escancararam-a-crise-do-clima. Acesso em: 10 mar. 2026.
MDPI. The Intersectionality of Gender, Sexual Identity, and Disability in Disaster Risk Reduction in OECD Countries. Disabilities, v. 3, n. 4, p. 562–578, 2023.

NGUYEN-TRUNG et al. Vulnerabilities of people with different types of disabilities in disasters: a rapid evidence review and qualitative research. Disasters, 2025. DOI: 10.1111/disa.12686.
OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Tragédia no RS é o retrato da negligência climática. Disponível em: https://www.oc.eco.br/tragedia-no-rs-e-o-retrato-da-negligencia-climatica. Acesso em: 10 mar. 2026.
OMS; BANCO MUNDIAL. Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD, 2012. Título original: World report on disability 2011. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/70670/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.
ONU MULHERES. Gender Snapshot 2024: The World's Women. Nova York: UN Women, 2024.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. World Water Day. Disponível em: https://www.un.org/en/observances/water-day. Acesso em: 10 mar. 2026.
PMC/NCBI. Climate change and gendered vulnerability: A systematic review of women's health. 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11905046/
TOLEDO, Madu. RS tem 2 mil pessoas com deficiência resgatadas das chuvas. Metrópoles, 20 maio 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/18-mil-pcds-resgatados-nao-sabia-para-onde-ir. Acesso em: mar. 2026.
UN WOMEN. Explainer: How gender inequality and climate change are interconnected. Disponível em:https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2022/02/explainer-how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected
. Acesso em: 10 mar. 2026.
UN WOMEN. Gender, climate change and disaster risk reduction. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/what-we-do/humanitarian-action/climate-change
. Acesso em: 12 mar. 2026.
UNDRR. 2023 Global Survey Report on Persons with Disabilities and Disasters. Genebra: UNDRR, 2023. Disponível em: https://www.undrr.org/report/2023-gobal-survey-report-on-persons-with-disabilities-and-disasters
UNESCO; UN-WATER. The United Nations World Water Development Report 2023: Partnerships and cooperation for water. Paris: UNESCO, 2023.
UNFPA. A Warming Planet, A World Unraveling: Women and Girls Pay the Price. Nova York: UNFPA, 2024.
ZURICH FLOOD RESILIENCE ALLIANCE. Gender-transformative early warning systems: experiences from Nepal and Peru. Disponível em: https://reliefweb.int. Acesso em: mar. 2026.